



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13830.000006/93-38  
Recurso nº : 120.174  
Acórdão nº : 201-77.738

MINISTÉRIO DA FAZENDA		
Segundo Conselho de Contribuintes		
Publicado no Diário Oficial da União		
De	16 / 03	/ 05
VISTO		

*Pereira*

2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : IRMÃOS ELIAS LTDA.  
Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto - SP

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL RECURSO  
INTEMPESTIVO.**

É intempestivo o recurso interposto **após** os 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão **recorrida**. Os prazos são contínuos, iniciam-se e vencem **em dia útil** expediente normal, sendo o *dies a quo* o primeiro dia útil seguinte àquele em que ocorreu a ciência.

**Recurso não conhecido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por IRMÃOS ELIAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestivo.**

Sala das Sessões, em 07 de julho de 2004.

*Josefa Maria Coelho Marques*:  
Josefa Maria Coelho Marques  
Presidente

*Adriana Gomes Régo Galvão*:  
Adriana Gomes Régo Galvão  
Relatora

MIN. DA FAZENDA - 2.º CC
CONFIRMADO COM O OFICIAL
DATA: 19/08/04
VISTO

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros **Antônio Mario de Abreu Pinto, Antonio Carlos Atulim, Sérgio Gomes Velloso, José Antonio Francisco, Gustavo Vieira de Melo Monteiro e Rogério Gustavo Dreyer.**



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13830.000006/93-38  
Recurso nº : 120.174  
Acórdão nº : 201-77.738

Recorrente : IRMÃOS ELIAS LTDA.

MIN DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 19/08/04
<i>[Assinatura]</i>
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

## RELATÓRIO

Irmãos Elias Ltda., devidamente qualificada nos autos, recorre a este Colegiado, através do recurso de fls. 1.234/1.237, contra a Decisão nº 1.120, de 8/6/2001, prolatada pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto - SP, fls. 1.221/1.223, que indeferiu a solicitação de restituição do IPI, formulada por meio do pedido constante às fls. 01/02, protocolizado em 25/1/1993.

O pleito diz respeito ao IPI recolhido sobre a venda de películas de polietileno, no período de 05/10/1990 até 08/01/1992, quando da edição da Lei nº 8.402/92, que, em seu art. 1º, restabeleceu a isenção incidente sobre tal produto, dispondo em seu art. 2º que os efeitos do artigo anterior retroagiriam a 5 de outubro de 1990.

Para tanto, a requerente anexou, além da procuração e atos constitutivos, solução de consulta prolatada pela Divisão de Tributação da Superintendência Regional da Receita Federal na 8ª Região Fiscal, fls. 11/12, dispondo que a referida lei somente entrou em vigor em 23/2/1992, quarenta e cinco dias após ter sido publicada, além da relação dos contribuintes para os quais vendeu, com destaque do IPI, o aludido produto no período em que entende ser devida a isenção, com as respectivas autorizações dos mesmos para poder pleitear a restituição, fls. 15/105, além das cópias das notas fiscais, dos livros de saídas e de apuração do IPI.

Por meio do despacho de fl. 1190, datado de 1994, a Seção de Tributação da Delegacia da Receita Federal em Bauru - SP propõe uma diligência no estabelecimento da empresa para se confirmar a classificação do produto, o que ocorreu por meio do Laudo Técnico constante à fl. 1.194.

Foi, então, exarada a Decisão SASIT nº 133/2000, fls. 1.197/1.200, que, indeferiu o pedido porque não foi feito prova do estorno promovido pelos adquirentes do produto, do correspondente crédito, conforme entendimento do Parecer Normativo CST nº 210/71.

Desta decisão, a contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade, fls. 1.206/1.215, alegando que protocolizou seu pedido em janeiro de 1993, anexou inúmeros documentos (fls. 15 a 1.188) em atendimento às diversas intimações, e só em fevereiro de 2000 foi o pedido objeto de decisão, e esta com base em um parecer de 1971 que, invertendo a hierarquia das leis, exige prova impossível, não solicitada pelo art. 166 do CTN, conforme jurisprudência do STJ, citada na doutrina de Hiromi Higuchi, que transcreve.

De acordo com a recorrente, a prova é impossível porque, após 7 anos do pedido, muitas empresas estão encerradas e, mesmo em atividade, não guardariam referida documentação por tanto tempo, vez que não estão obrigadas. Assim, à fiscalização não é permitido ignorar referido Parecer, datado de 1971, para só agora exigir.

E ressalta que não se trata de uma ou duas notas fiscais, mas sim de 525 e de clientes localizados em outras unidades da federação.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13830.000006/93-38  
Recurso nº : 120.174  
Acórdão nº : 201-77.738

MIN DA FAZENDA - 2º CC	
COPIA	COPIA DO ORIGINAL
BRW	19 08 /04
VISTO	

2º CC-MF  
FL.

A Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto - SP manteve o posicionamento da Delegacia da Receita Federal em Bauru - SP, indeferindo, também, a solicitação, conforme a decisão citada, cuja ementa apresenta o seguinte teor:

*"Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI*

*Ano-calendário: 1990, 1991, 1992*

*Ementa: IPI. REPETIÇÃO DE INDÉBITO.*

*O estorno do crédito gerado no estabelecimento de quem sofreu a repercussão econômica do imposto é condição implícita prevista no preceito do CTN, art.166.*

*SOLICITAÇÃO INDEFERIDA".*

Ciente da decisão de primeira instância em 23/11/2001, fls. 1.226, a contribuinte interpôs recurso voluntário, provavelmente por via postal, já que consta à fl. 1233 dos autos um envelope destinado à Delegacia da Receita Federal em Marília - SP, cujo remetente é Airton Rossato, também residente em Marília, porém carimbado, por diversas vezes, com a seguinte informação: "Estação Rodoviária – 28 DEZ 2001 – CAMPO GRANDE – MS".

Na primeira folha do recurso, que, em síntese, repisa os mesmos argumentos da manifestação de inconformidade, a data que consta é 7 de janeiro de 2002, e à fl. 1.239 foi juntado aos autos despacho da Delegacia da Receita Federal em Marília - SP propondo o encaminhamento do processo à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto - SP, mas atestando ser o recurso intempestivo.

É o relatório.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 13830.000006/93-38  
Recurso nº : 120.174  
Acórdão nº : 201-77.738

MIN DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASIL 19 / 08 / 04
<i>[Signature]</i>
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA  
ADRIANA GOMES RÉGO GALVÃO

A ciência da decisão recorrida ocorreu em 23 de novembro de 2001, por meio do Aviso de Recebimento juntado à fl. 1.226, que diz respeito à Comunicação EPARC nº 47/2001, que, por sua vez, consta à fl. 1.225.

Da redação dos artigos 33, 5º e 42, do Decreto nº 70.235/72, temos, respectivamente:

*"Art. 33. Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência da decisão".*

*"Art. 5º Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.*

*Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato."*

*"Art. 42. São definitivas as decisões:*

*I - de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto;".*

Logo, se os prazos são contínuos e sendo 23 de novembro uma sexta-feira, a contagem para efeito de interposição do recurso passou a ter como dies a quo o dia 26 de novembro, a segunda-feira imediatamente posterior, primeiro dia útil seguinte à data da ciência, vencendo no dia 26 de dezembro, já que o trigésimo dia foi o dia 25/12, que não é de expediente normal, a partir de então, tornou-se definitiva a decisão de primeira instância.

Ocorre que o recurso voluntário apresentado às fls. 1.234/1.237 data de 28 de dezembro de 2001, teve seu carimbo apostado pelo órgão **recebedor** em 7 de janeiro de 2002, logo, não resta dúvida de que se trata, como informado no despacho da Delegacia da Receita Federal em Marília - SP, de recurso intempestivo, razão porque não se pode conhecê-lo.

Em face do exposto, manifesto-me por não conhecer do recurso, tendo em vista sua intempestividade.

É como voto.

Sala das Sessões, em 07 de julho de 2004.

*Adriana Gomes Régo Galvão*  
ADRIANA GOMES RÉGO GALVÃO